

APRESENTAÇÃO

Com grande satisfação apresentamos à comunidade acadêmica a trigésima quinta edição da Revista Jurídica do Curso de Direito da Universidade Regional de Blumenau. Contendo importantes contribuições para o debate de assuntos atuais do cenário jurídico, neste número a Argumentação Jurídica e o Ser Humano e o Meio Ambiente são temas de destaque.

Jackson da Silva Leal discorre sobre o *Constitucionalismo Positivista como encerramento do potencial emancipatório dos Direitos Humanos*. Neste trabalho, a autor problematiza a efetividade dos Direitos Humanos e sua relação intrínseca de inefetividade decorrente do modelo de Constitucionalismo Positivista de viés burguês-liberal.

Preocupadas com a precariedade das condições de trabalho na cidade de Blumenau, a partir da análise de dados do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, do Ministério Público do Trabalho, de Sindicatos de Trabalhadores e do Controle Social no Conselho Municipal de Saúde, Elsa Cristine Bevian e Débora Ferrazzo apresentam um *Diagnóstico da saúde do trabalhador em Blumenau*.

Joyceane Bezerra de Menezes e Vanessa Correia Mendes, no artigo O Tratamento Psiquiátrico e Direitos Humanos: uma análise dos Instrumentos de controle da Internação Involuntária, propõem o debate acerca da tutela dos direitos de pacientes psiquiátricos, analisando a atuação do Ministério Público e das Comissões Revisoras de Internações Psiquiátricas Involuntárias no Estado do Ceará.

Partido do pressuposto que a obscuridade na justificação das razões que fundamentam decisões judiciais dificulta a possibilidade de controle do comando judicial, Adilor Danieli e João Batista Lazzari apresentam Reflexões sobre as falácias na Argumentação Jurídica: estudo de caso da decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário Nº 597-270-4/RS.

Nicolau Cardoso Neto traz elementos sobre *o Direito Sanitário Brasileiro*, cotejando conceitos, princípios e interfaces desta disciplina com outros ramos da Ciência Jurídica. Já no

contexto do Direito Ambiental, Jaqueline Moretti Quintero e Fernanda Sell de Souto Goulart

Fernandes discorrem sobre os Princípios Gerais do Direito e do Direito Ambiental.

No artigo Competências Constitucionais sobre as Águas, Giselle Marie Krepsky e Monara

Helinéia Besen demonstram como os referenciais teóricos das esferas constitucional e ambiental,

divergem "[...] com relação aos conceitos operacionais dos diversos tipos de competências

estabelecidos pela Constituição de 1988 e como, de alguma forma, estes refletem nas decisões

dos tribunais."

A Polícia Militar de Santa Catarina e o Termo Circunstanciado à Luz da Argumentação Jurídica

é a contribuição de Clayton Marafioti Martins e Guilherme Nazareno Flores. Neste artigo os

autores exploram a questão da argumentação no âmbito da atuação da Polícia Militar no Estado

de Santa Catarina, especialmente em relação à confecção do Termo Circunstanciado nos crimes

previstos na Lei de menor potencial ofensivo.

Dispostas a demonstrar a importância da educação para a conscientização ambiental,

Ester Dorcas Ferreira dos Anjos e Queila Jaqueline Nunes Martins apresentam o estudo sobre a

Educação como processo transformador para o alcance da Sustentabilidade.

Como última e também importante contribuição, a partir dos ensinamentos de

Manoel Atienza, João Batista Lazzari trata da Argumentação Jurídica e a Fundamentação das decisões

proferidas no âmbito dos Juizados Especiais.

Agradecemos a todos que participaram desta edição e desejamos ao público uma

ótima leitura!

Os Editores

Prof. Dra. Milena Petters Melo

Coordenadora

e

Prof. MSc. Alejandro Knaesel Arrabal